

Reflexões Sobre o Parlamento

328(81)

O mundo inquieto de nossos dias busca solução para os grandes problemas que afligem o homem. Mas a própria volubilidade da alma humana transforma em fontes de novos problemas as soluções que vão sendo encontradas. O que ontem parecia uma idéia destinada a realizar a felicidade dos povos apresenta-se hoje como causa dos males que os atormentam.

Veja-se, por exemplo, o que aconteceu em alguns países com o parlamentarismo. Durante largos anos, o cansaço e as desilusões produzidos pelos regimes de executivo forte desencadearam uma veemente campanha a favor da solução parlamentarista. Pelo princípio de que as revoluções excedem sempre seus verdadeiros objetivos, o próprio presidencialismo do tipo tradicional, embora recomendado pela experiência de algumas nações que o vinham praticando com incontestável êxito, foi duramente combatido, identificando-se nêle a origem de um sem-número de males. Suas virtudes foram propositadamente esquecidas e seus defeitos, calculadamente exagerados.

No primeiro quartel dêste século, diversos povos, sobretudo aquêles que tinham dentro de suas fronteiras as chagas abertas por uma guerra ainda recente, encontraram, nesse processo histórico de revisão das idéias políticas, a oportunidade de formular suas reivindicações. O estudo das cartas constitucionais do após guerra mostra o lugar de destaque que o parlamentarismo ocupou em tais reivindicações. E é curioso observar que mesmo as mais profundas divergências de filosofia política e social não impediram que a solução parlamentarista se expandisse e abrangesse, por igual, países de sólida tradição democrática e nações de provada vocação para os regimes de fôrça.

Talvez nenhuma outra nação tivesse reclamado o parlamentarismo com mais ardor do que a França. O mundo, que se habitua-

ra a considerar a revolução de 1789 como a verdadeira fonte do presidencialismo, viu na campanha parlamentarista da França um nobre gesto de autocritica e de renúncia. Era com se tivesse diante dos olhos o criador condenando a própria criação, confessando-se disposto a abandoná-la, visto ser ela incapaz de promover a felicidade do povo.

Por uma série de circunstâncias cujo balanço completo ainda está para ser feito, a prática do parlamentarismo na França não produziu os resultados desejados, e a ela se atribui o exasperamento de certos problemas com os quais a grande nação vem lutando há longos anos.

Hoje, o retôrno ao presidencialismo parece constituir insofismável aspiração da maioria do povo francês. Não indicam outra coisa as características pessoais e a filosofia política ilustre do homem público a quem a França confiou seus destinos nesta hora difícil; não autorizam outra suposição as condições em que se processou a investidura do novo govêrno francês. E se tudo isso não bastasse, aí estão os têrmos do projeto de constituição apresentado pelo General DE GAULE e ratificado no plebiscito de 28 de setembro.

Nesse notável documento, em que a França e o presidencialismo buscam reconciliar-se de maneira tão dramática, os estudiosos da ciência política encontrarão os reflexos do veredicto com que se encerrou o julgamento do regime parlamentarista pelo povo francês. Graças ao projeto de DE GAULE, o debate entre o presidencialismo e o parlamentarismo será reaberto em escala universal, e algumas questões até aqui postas em plano afastado receberão tratamento prioritário. Entre essas questões sobressaem a da organização da opinião pública em partidos políticos e a do provimento dos postos de direção dos serviços públicos.

Hoje parece não haver mais dúvida de que o êxito do regime parlamentarista exige uma organização partidária sólida e estruturada com um definido espírito de unidade, que, sem eliminar as naturais divergências de opinião, assegure a constituição das maiorias independentemente de acôrdos entre partidos diversos. Confirmam tal observação a estabilidade do parlamentarismo nos países em que a opinião pública se acha dividida em dois, ou no máximo três grandes partidos, e a flutuação dos govêrnos tão própria daqueles outros países, onde as maiorias parlamentares emergem de alianças partidárias quase sempre artificiais e, por isso mesmo,

efêmeras. Encaradas as coisas por esse prisma, tem inteira procedência a observação de que o parlamentarismo é uma forma de disciplina política bastante rígida. A restrição que êle, com toda disciplina impõe, atinge o regime de plena liberdade de organização partidária dentro do qual as diversas correntes da opinião pública podem constituir-se em partidos políticos autônomos. Parlamentarismo e plena liberdade de organização partidária são coisas que só se conciliam no terreno das abstrações. As tentativas de conciliá-las na prática redundaram sempre em completo fracasso.

Por outro lado, no regime parlamentarista, o princípio da rotatividade dos governos oferece aspectos peculiares, dada a influência dos fatores extremamente caprichosos que regem a capacidade de sobrevivência das maiorias políticas. Um gabinete pode sustentar-se no poder durante alguns anos ou apenas durante algumas horas.

Daí resulta que no regime parlamentarista é imperiosa a necessidade de se adotar uma regulamentação apropriada para certas funções estatais de caráter permanente e contínuo, como, v.g., o serviço público.

Não se pode encaminhar com clarividência a questão do parlamentarismo sem buscar solução adequada para o problema do provimento dos postos de direção e de chefia dos serviços públicos. A praxe de preencher tais postos pelo critério exclusivo da confiança do governo é incompatível com o regime parlamentar. Mantê-la seria abandonar a administração pública à instabilidade política, jungí-la à sorte das maiorias transitórias e, portanto, privá-la, no que ela tem de mais importante que é o seu comando, da firmeza e continuidade necessárias.

Tôdas essas questões, bem como a da fixação do quorum para a apresentação e aprovação dos votos de confiança, constituem hoje os pontos de maior interêsse na prática do parlamentarismo: talvez por isso mesmo venham elas, mais do que os problemas de filosofia política, centralizar o debate que a experiência francesa certamente suscitará.